

**PUBLICAÇÃO SOB EMBARGO**

**Segunda, 25 de janeiro de 2021, às 06h00  
(horário de Brasília | UTC-3)**

## **Um ano sombrio para a liberdade de imprensa no Brasil 580 ataques contra a mídia em 2020**

*Na última parte da série que decifra os ataques do sistema Bolsonaro contra a imprensa, a RSF publica um balanço de 2020 e relembra alguns dos episódios mais significativos deste ano em que as condições de trabalho dos jornalistas se deterioraram consideravelmente por causa da constante pressão do presidente e de seus aliados.*

"*Não é nem lixo, porque lixo é reciclável*". Essas foram as palavras que o presidente Jair Bolsonaro escolheu para desferir [um dos seus primeiros ataques](#) de 2021 contra a imprensa que, ainda segundo ele, "*não serve para nada, só fofoca, mentira o tempo todo*". O Brasil já registra mais de 210 mil vítimas do coronavírus e, na medida em que aumentam as más notícias sobre a pandemia de Covid-19, o presidente do país segue atacando a mídia e usando-a como bode expiatório.

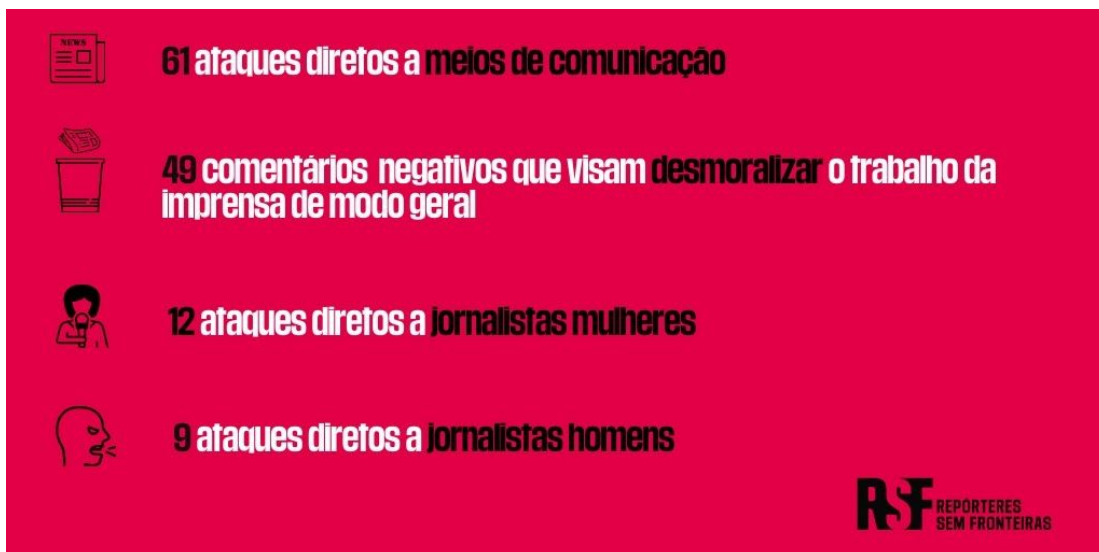
Numa de suas primeiras aparições públicas do ano, em 5 de janeiro, ele disse: "*O Brasil está quebrado e eu não consigo fazer nada. (...) Eu queria mexer na tabela do imposto de renda, mas teve esse vírus, potencializado por essa mídia que nós temos, essa mídia sem caráter.*" Dois dias depois, numa live transmitida pela conta de Facebook da presidência, Jair Bolsonaro foi além, atacando e repreendendo seus alvos preferidos, o grupo Globo e o jornal *Folha de S. Paulo*: "*A imprensa é responsável pelo pânico no país e pela perda de vidas durante a pandemia, uma vergonha nacional.*"

O tom deste início de 2021 coincide com o que foi até agora o mandato do chefe de Estado brasileiro - que ainda tem 2 anos na cadeira da presidência. A hostilidade demonstrada por Jair Bolsonaro não é novidade. Ela reflete como o presidente, sua família e seus apoiadores refinaram, ao longo do ano passado, um sistema focado em desacreditar a imprensa e silenciar jornalistas críticos e independentes, considerados inimigos do Estado.

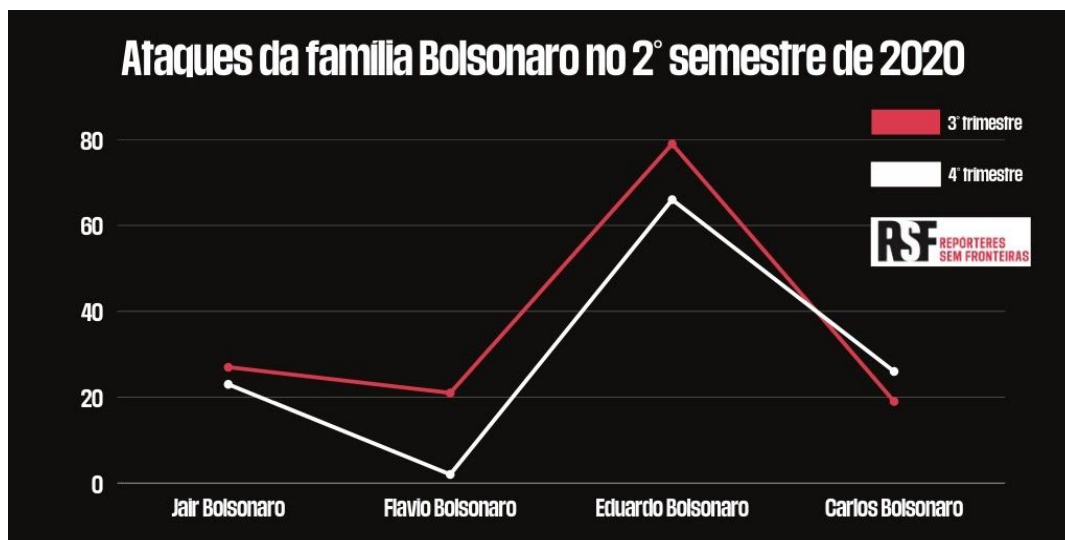
Com este balanço, a RSF conclui a série de publicações trimestrais [\(1\)](#) [\(2\)](#) [\(3\)](#) que busca decifrar e analisar os ataques coordenados do "sistema Bolsonaro" contra jornalistas e relembra os episódios mais significativos e simbólicos de 2020.

### **Os ataques do 4º trimestre de 2020**

Durante o quarto trimestre de 2020, marcado pelas eleições municipais nos 26 estados do país (ver as [recomendações da RSF para os novos prefeitos e vereadores](#)), a RSF registrou 131 ataques à imprensa.



O presidente e seus filhos mantiveram o ritmo de agressões, com nada menos que 118 casos computados e com Eduardo Bolsonaro se consolidando como principal predador da liberdade de imprensa da família.



No período eleitoral, os processos judiciais abusivos contra a imprensa também aumentaram. Segundo dados do projeto [Ctrl+X](#), da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo ([Abraji](#)), foram pelo menos 24 casos de censura de reportagens e de pedidos, por parte de candidatos, de remoção de conteúdo de sites e de redes sociais.

## A visualização de 2020 em dados

Ao longo do ano, nada menos que 580 casos de ataques contra a imprensa foram registrados no monitoramento realizado pela RSF. Para trazer à tona tendências reveladas por este levantamento e tipificar os ataques em mais profundidade, a RSF fez uma parceria com o [Volt Data Lab](#), agência pioneira em jornalismo orientado por dados no Brasil, que produziu as visualizações de dados que acompanham e ilustram essa publicação daqui em diante.

## Ataques emblemáticos de 2020

### 1. Ataques sexistas e misóginos, forte marcador do bolsonarismo

**Patrícia Campos Mello** é uma ex-repórter de guerra e famosa jornalista da *Folha de São Paulo*. No final de 2018, ela revelou uma investigação que implicava Jair Bolsonaro, então candidato, no uso de fundos privados ilegais para financiar campanhas de desinformação via WhatsApp, com o objetivo de influenciar o eleitorado brasileiro nas eleições presidenciais. A reportagem fez com que ela se tornasse alvo de uma [violenta campanha de insultos e ameaças](#) promovida por apoiadores do candidato Bolsonaro.

Também após a reportagem, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, instalada pelo Congresso brasileiro, ouviu, em 11 de fevereiro de 2020, o testemunho de Hans Nascimento, funcionário de uma das empresas de marketing digital suspeitas de ter participado do envio massivo de mensagens falsas pelo WhatsApp. Nascimento garantiu que a jornalista tinha tentado extrair informações dele em troca de favores sexuais. Embora [imediatamente desmentidas](#) pela [jornalista](#) e pela redação da *Folha de São Paulo*, essas declarações geraram [uma enxurrada de comentários sórdidos e escabrosos](#) - vindos, principalmente, do próprio Jair Bolsonaro e também de autoridades federais eleitas, como o deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro. Na Câmara, Eduardo declarou não duvidar que *"a senhora Patrícia Campos Mello, como afirma Hans, poderia ter oferecido favores sexuais em troca de informações, a fim de prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro"*. Insinuações que foram amplamente divulgadas nas redes sociais e geraram [uma nova onda de ameaças e insultos](#) sexistas e misóginos contra Patrícia Campos Mello.

O episódio teve consequências graves para a jornalista, relatadas [em entrevista à RSF](#): *"Quando circulavam memes com fotomontagens sobre mim, evitava sair para cobrir os protestos. Isso é um absurdo, nós não estamos em um país em guerra, então deveria ser normal cobrir manifestações democráticas."*

Assim como Patrícia Campos Mello, um dos principais alvos do "sistema Bolsonaro", muitas mulheres jornalistas sofreram ataques sexistas e foram obrigadas a trabalhar num ambiente nauseante, à mercê do linchamento digital dos apoiadores de Bolsonaro. Entre elas, estão **Bianca Santana**, **Vera Magalhães**, **Constança Resende**, **Lola Aronovitch**, **Maria Júlia (Maju) Coutinho**, para citar apenas algumas.



## 2 - Palácio da Alvorada, palco de humilhações públicas de jornalistas

Em 2020, o Palácio da Alvorada em Brasília, onde o presidente mora e de onde costuma dar coletivas informais pela manhã, se tornou símbolo da sua hostilidade aos jornalistas. Foi lá que, no dia 3 de março, Jair Bolsonaro saiu de seu veículo oficial acompanhado por um humorista disfarçado de presidente, a quem pediu para [distribuir bananas aos jornalistas presentes](#). Essa cena surreal foi transmitida ao vivo nas redes sociais da presidência.

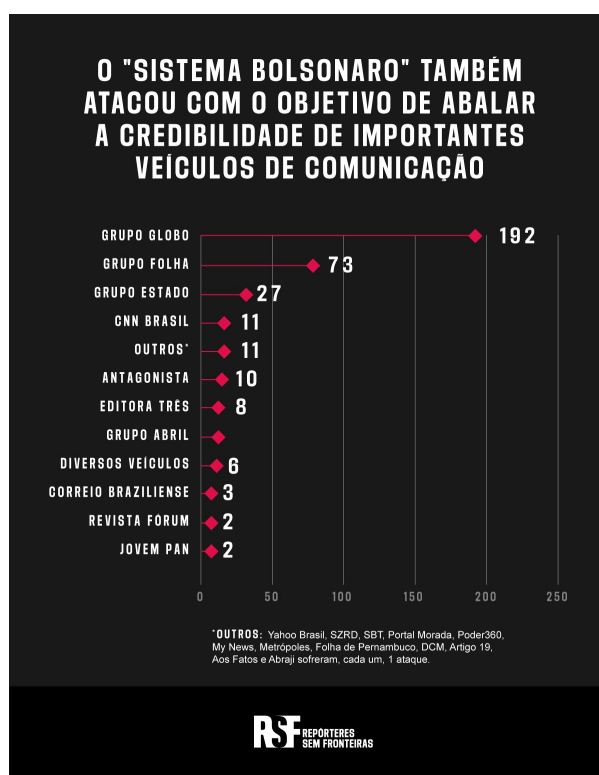
No dia 26 de março, enquanto a crise crescia no país, o presidente humilhou os jornalistas ali presentes, [dirigindo-se a seus apoiadores enquanto ria](#): "Cuidado, povo brasileiro: essas pessoas (ele aponta para os repórteres) dizem que estou errado e que todos devem ficar em casa." Então, dirigindo-se aos jornalistas, disse: "O que vocês estão fazendo aqui então? Não têm medo do coronavírus? Voltem para casa!".

No dia 26 de maio, após mais um episódio de [violência e agressões verbais](#) de apoiadores de Jair Bolsonaro contra jornalistas, o grupo Globo (que inclui a TV Globo, os jornais O Globo e Valor Econômico e o site de informações G1), o grupo Bandeirantes, o diário Folha de São Paulo - principal jornal do país - e o site de notícias Metrôpoles decidiram suspender temporariamente a cobertura do Palácio da Alvorada. Eles se juntaram aos jornais O Estado de S. Paulo e [Correio Braziliense](#), que já haviam tomado a mesma decisão anteriormente, pelo fato de a [segurança de seus repórteres não ser garantida ali](#). Essa violência justificou uma [ação legal da RSF](#) e seus aliados no Brasil para pedir o reforço das medidas de proteção para os repórteres que cobrem as intervenções presidenciais. Embora a presidência tenha, desde então, instaurado protocolos especiais para evitar que jornalistas sejam confrontados com os apoiadores do

presidente no Alvorada, a sede do Executivo continua sendo, para Jair Bolsonaro, um espaço privilegiado para insultar e tentar ridicularizar a imprensa crítica.

### 3 - Publicar informações sobre a crise do coronavírus, uma corrida de obstáculos

No dia 5 de junho, o presidente ficou visivelmente irritado com os números alarmantes da progressão do vírus no país. Em particular, com o número de mortes, que ele desejava ver cair para menos de mil por dia. Ele próprio então ordenou que os [boletins diários do Ministério da Saúde](#) fossem transmitidos para a mídia às 22h, em vez das 19h, para evitar que a informação fosse divulgada nos noticiários de TV noturnos de maior audiência. "Acabaram as notícias para o *Jornal Nacional*", disse ele, [referindo-se diretamente à rede Globo](#), um dos alvos favoritos da família Bolsonaro, que ele chamou de "TV funerária".



No dia seguinte, o então ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, acusou uma possível superestimação do número de mortes ligadas ao coronavírus no país e deu início a várias mudanças importantes nos métodos de contagem de casos e divulgação dos dados oficiais sobre a pandemia.

Em resposta a essas decisões, em 8 de junho, [uma aliança sem precedentes](#), reunindo os principais veículos de comunicação do país foi criada. *UOL, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, G1 e Extra* decidiram trabalhar em estreita colaboração para obter informações diretamente das autoridades locais dos 26 estados do país e do distrito federal e divulgar seus próprios boletins. No momento em que este artigo é escrito, essa aliança ainda está ativa e constitui a fonte mais confiável de informação para os brasileiros sobre a evolução da Covid-19.

#### 4 - Processos abusivos contra a imprensa, esporte nacional

Amplamente incentivados pela retórica antimídia do "sistema Bolsonaro", os processos judiciais abusivos contra jornalistas e meios de comunicação brasileiros se multiplicaram ao longo de 2020. A maioria foi [iniciada por representantes do Estado](#) ou pessoas próximas à presidência.

Um dos casos mais significativos ocorreu em 28 de agosto de 2020, quando um juiz do estado do Rio impôs ao editor e fundador do *Jornal GGN*, **Luís Nassif**, e à jornalista **Patrícia Faermann** [a retirada](#) de (nada menos do que) 11 artigos do ar, sob pena de multa de dez mil reais. Os artigos abordavam a aquisição irregular pelo banco BTG Pactual - do qual o ministro da Economia, Paulo Guedes, é um dos fundadores - de participações no Banco do Brasil, um banco público. Alegando que a reportagem continha informações sigilosas, a justiça decidiu a favor da denúncia do BTG Pactual: os 11 artigos ainda estão censurados, apesar do recurso interposto por Luís Nassif. Em [uma nota](#) publicada em 24 de dezembro, véspera de Natal, o jornalista expôs a longa lista de ações judiciais que enfrentou durante os vários anos de profissão e lamentou ser "*juridicamente marcado para morrer*".

Assim como Nassif, em 2020, outros jornalistas - como **Hélio Schwartzman**, **Ruy Castro**, **Ricardo Noblat**, o cartunista **Aroeira** - e ainda veículos da imprensa - como *Ponte Jornalismo*, *The Intercept Brasil*, a *TV Globo*, o jornal *Folha de São Paulo* e o portal *UOL* -, foram ameaçados com ou foram de fato alvo de ações judiciais por terem publicado informações irônicas e/ou críticas sobre a atuação do governo ou de políticos eleitos.

#### 5 - Órgãos independentes e oficiais cada vez mais politizados

[Uma auditoria](#) do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou a falta de transparência e de critérios técnicos na distribuição das verbas publicitárias do governo por parte da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), órgão responsável pela publicidade oficial. A auditoria ressaltou [o favoritismo dado a canais de televisão](#) próximos à linha oficial da presidência, principalmente os canais dos grupos SBT e Record. Em junho de 2020, a Secom foi integrada ao novo Ministério das Comunicações, tocado por Fábio Faria, genro de Silvio Santos, dono do grupo SBT e amigo íntimo do presidente Bolsonaro.

A mesma Secom está na origem de inúmeros ataques contra meios de comunicação, ao usar em suas contas oficiais a expressão "imprensa podre" e acusar, de forma infundada, veículos críticos ao Poder Executivo de propagar desinformação. Em setembro de 2020, foi responsável por [espalhar informações falsas](#) sobre os incêndios que assolaram a Amazônia ao longo do ano, que foram amplamente divulgadas por diversos ministérios e nas redes sociais.

Até o momento, nada indica que o "sistema Bolsonaro" vá interromper sua lógica de ataques e sua operação orquestrada para desacreditar a mídia. O desafio para a imprensa brasileira é imenso. O caminho para enfrentá-lo aponta na direção da coragem e da resiliência, para seguir levando informações confiáveis ao público e, assim, recuperar a confiança no jornalismo de qualidade.

O Brasil ocupa a 107ª colocação no [Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa de 2020](#), estabelecido pela RSF.